PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO QUADRO LEGAL DE JUÍZES DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS (1.ª INSTÂNCIA)

CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Proposta apresentada ao abrigo dos artigos 74.º, n.º 2, alínea j) e 86.º do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, ao abrigo da redação atual

ASSUNTO: Proposta de alteração à Portaria n.º 211/2017, de 17 de julho, na parte em que fixa os quadros dos magistrados dos tribunais administrativos e fiscais

OBJETO:

Ao abrigo do disposto no artigo 74.º, n.º 2, alínea j) do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF), enquanto órgão de gestão e disciplina dos juízes da jurisdição administrativa e fiscal, dispõe de competência para propor ao membro do Governo responsável pela área da justiça providências legislativas com vista ao aperfeiçoamento e à maior eficiência da jurisdição administrativa e fiscal

A Portaria n.º 211/2017 foi aprovada a 17 de julho de 2017, prevendo um quadro, nos Tribunais Administrativos e Fiscais, de 217 (duzentos e dezassete) Juízes, **o que correspondia, precisamente, ao número de Juízes de Direito em funções na primeira instância a 31 de dezembro de 2018** [1].

Sucede, porém, que desde 2017 a esta parte, tem havido (e com inteira pertinência) um aumento periódico e reiterado do número de Juízes de Direito dos TAF, em consequência da abertura anual de Cursos de Formação de Juízes para os Tribunais Administrativos e Fiscais, junto do Centro de Estudos Judiciários (CEJ).

É o que se constata da tabela *infra*:

[1] Neste sentido, cf. a Lista de Antiguidade dos Juízes de Direito, referente ao ano de 2018, disponível em https://www.cstaf.pt/documentos/antiguidade%202018.pdf

Tabela 1 – Juízes de Direito que ingressaram na JAF desde 2018

Auditores de Justiça e ingresso na JAF			
Curso de Formação do CEJ	**N.º de Auditores de Justiça**	**N.º de Juízes de Direito em regime de estágio**	**N.º de Juízes de Direito em efetividade de funções**
V Curso (2018/2020)	40	39	38 + 1 (*)
VI Curso (2019/2021)	25	25	25
VII Curso (2020/2022)	30	28	28
VIII Curso (2021/2023)	30	27 + 2 (*)	27 + 2 (*)
IX Curso (2022/2024)	30	23 + 3 (*)	N/A
X Curso (2023/2025)	18	N/A (frequentam o 2.º ciclo de formação)	N/A (frequentam o 2.º ciclo de formação)
XI Curso (2024/2026)	16	N/A (frequentam o 1.º ciclo de formação)	N/A (frequentam o 1.º ciclo de formação)
(*) Após prorrogação do período de formação			

Depois, fruto da abertura de Concursos para as Secções de Contencioso Administrativo e Tributário dos Tribunais Centrais Administrativos, desde logo os ocorridos no ano de 2022, ao mesmo tempo que novos Juízes de Direito promoção, para a segunda instância.

Do conjunto de movimentos de magistrados vindo de descrever, resultou que, no presente ano de 2025, se encontravam em funções, nos Tribunais Administrativos e Fiscais de primeira instância, **296 Juízes de Direito** [2].

A Portaria n.º 211/2017, de 17 de julho, ao prever apenas 217 lugares de quadro (menos 80 do que o número atual de Juízes em funções na primeira instância), não só não se revela adequada à realidade hodierna dos Tribunais

[2] Cf. a Lista de Antiguidade dos Juízes de Direito, referente ao ano de 2024, acessível em https://cstaf.info/wp-content/uploads/2025/05/Projecto-Lista-de-Antiguidade-2024-1.a-Instancia-retificada-1.pdf, com o *aditamento* do Senhor Juiz de Direito, Dr. José Manuel Vieira Conde Rodrigues, que, por força da deliberação do CSTAF de 17 de janeiro de 2025, foi autorizado a regressar ao serviço, após período de licença sem vencimento de longa duração

Administrativos e Fiscais, como se mostrará, no futuro muito próximo, totalmente inapropriada à acomodação dos Juízes de que esta jurisdição administrativa e fiscal necessita, mesmo sabendo-se que, em regra, todos os anos vem sendo autorizada a abertura de Cursos de Formação de Juízes para os Tribunais Administrativos e Fiscais com, em média, 30 vagas (número que, naturalmente, terá de se elevar, considerada a necessidade de aumentar os quadros dos Tribunais Centrais Administrativos, o que implica a perda de Juízes na primeira instância).

Deve notar-se que, aquando da abertura do Movimento Judicial Ordinário de 2024, quando a primeira instância tinha 270 Juízes de Direito em funções, eram apenas 165 os lugares de quadro providos, o que significa que só 61% dos Juízes em funções integravam o quadro do Tribunal em que exerciam funções. Tal correspondeu à colocação a movimento de 76% do total dos lugares de quadro fixados pela Portaria n.º 211/2017.

Valendo-se, ainda, na atual Portaria (que, de novo, apenas prevê 217 lugares de quadro), no presente Movimento Judicial Ordinário (MJO) de 2025 foram colocados a movimento 34 lugares de efetivo, o que significa que, depois de processado o MJO, com efeitos a 01-09-2025, a primeira instância contará com 199 Juízes de Direito colocados em lugares de quadro (67% do total de Juízes em funções e 91% dos lugares de quadro fixados pela Portaria n.º 211/2017).

Tal significa, porém, **que restam somente 18 lugares da Portaria n.º 211/2017, de 17 de julho para poderem ser, no futuro, colocados a movimento**, sendo certo que se perspetiva que, senão mais, pelo menos em 2026, a JAF terá em funções, na primeira instância, 330 Juízes de Direito, número que se elevará, em 2030, para cerca de 400 Juízes, nos termos que *infra* se explicitarão.

Impõe-se, face ao crescimento desta Jurisdição, atualizar o quadro dos magistrados judiciais dos tribunais administrativos e fiscais, na primeira instância, assentando a presente proposta em critérios objetivos e racionais, que partem, não

só do atual número de Juízes de Direito em funções, e da perspetiva média do seu crescimento, como também do número de processos entrados em cada Tribunal, por forma a projetar, num horizonte mínimo de 05 anos, as reais necessidades do quadro de Juízes dos TAF.

Tabela 2 – *Estado da arte* do quadro de Juízes de Direito na JAF

Realidade atual (maio de 2025)	**Juízes em funções na JAF**	**296**
	Lugares de Quadro previstos na Portaria atual	**217**
	Lugares de Quadro preenchidos após o MJO 2025	199
	Vagas de Auxiliar preenchidas após o MJO 2025	75
	Lugares do Quadro Complementar de Juízes preenchidos após o MJO 2025	22

A. Portaria n.º 211/2017, 17 de julho de 2017

Tal como anteriormente se referiu, a Portaria n.º 211/2017, que entrou em vigor em 18 de julho desse ano, foi pensada num contexto muito específico, em que esta jurisdição expectava ter, no ano de 2018, 217 Juízes em funções na primeira instância.

Foi, de resto, o que se verificou em 31-12-2018, com a tomada de posse, como Juízes de Direito em regime de estágio, dos Juízes oriundos do IV Curso de Formação.

É, pois, este o quadro fixado para os TAF pela mencionada Portaria:

Tabela 3 – Lugares de quadro fixados na Portaria n.º 211/2017, de 17 de julho

Portaria n.º 211/2017, de 17 de julho			
N.º	**Tribunal**	**Área**	**N.º de lugares do quadro**
1	TAF do Porto	Presidente	1
		Área Administrativa	11
		Área Tributária	17
		Área Administrativa e Tributária	2
		Subtotal	**30**
2	TAF de Braga	Área Administrativa	9
		Área Tributária	8
		Área Administrativa e Tributária	2
		Subtotal	**19**
3	TAF de Penafiel	Área Administrativa	4
		Área Tributária	4
		Área Administrativa e Tributária	1
		Subtotal	9
4	TAF de Mirandela	Área Administrativa	3
		Área Tributária	2
		Área Administrativa e Tributária	***1***
		Subtotal	**6**
5	TAF de Aveiro	Área Administrativa	4
		Área Tributária	5
		Área Administrativa e Tributária	1
		Subtotal	10
6	TAF de Coimbra	Presidente	1
		Área Administrativa	4
		Área Tributária	3
		Área Administrativa e Tributária	1
		Subtotal	**8**
7	TAF de Viseu	Área Administrativa	2
		Área Tributária	3
		Área Administrativa e Tributária	1
		Subtotal	**6**
8	TAF de Castelo Branco	Área Administrativa	3
		Área Tributária	3
		Área Administrativa e Tributária	1
		Subtotal	**7**

9	TAF de Leiria	Área Administrativa	5
		Área Tributária	7
		Área Administrativa e Tributária	2
		Subtotal	**14**
10	TAC de Lisboa	Presidente	1
		Área Administrativa	30
		Subtotal	**30**
11	TT de Lisboa	Área Tributária	**28**
12	TAF do Funchal	Área Administrativa	1
		Área Tributária	2
		Área Administrativa e Tributária	1
		Subtotal	**4**
13	TAF de Ponta Delgada	Área Administrativa	1
		Área Tributária	1
		Área Administrativa e Tributária	1
		Subtotal	**3**
14	TAF de Almada	Presidente	1
		Área Administrativa	5
		Área Tributária	5
		Área Administrativa e Tributária	2
		Subtotal	**12**
15	TAF de Sintra	Área Administrativa	7
		Área Tributária	11
		Área Administrativa e Tributária	2
		Subtotal	**20**
16	TAF do Loulé	Área Administrativa	3
		Área Tributária	2
		Área Administrativa e Tributária	1
		Subtotal	**6**
17	TAF de Beja	Área Administrativa	2
		Área Tributária	2
		Área Administrativa e Tributária	1
		Subtotal	**5**
Total			**217**

Conforme se referiu anteriormente, existem, neste momento, 296 Juízes em funções na primeira instância.

Tendo em conta as necessidades prementes dos Tribunais Centrais Administrativos [3], espera-se que, nos próximos cinco anos, para além dos Juízes Desembargadores atualmente em funções (70), tomem posse nos TCA (aqui se incluindo o TCA Centro, que futuramente será instalado) **pelo menos mais 70 Juízes**.

Com estas promoções, torna-se necessário manter a periodicidade da abertura dos Cursos de Formação de Juízes para os Tribunais Administrativos e Fiscais, no CEJ, elevando-se o número de vagas de 30 para 35 anuais.

Daqui resultará que, tendo em conta o atual número de 296 Juízes de Direito na primeira instância (em 2025), até ao ano de 2030:

- Venham a ser promovidos a Juiz Desembargador, por concurso, pelo menos 70 Juízes (que, desta forma, sairão da primeira instância);
- Ingressem na JAF 175 novos Juízes de Direito [*35*5*], o que corresponde a uma média de 35 novos Auditores de Justiça por ano. No entanto, para assegurar que a *substituição geracional* dos Juízes ocorre de forma gradual e com equilíbrio (sem gerar períodos críticos de acumulação processual, decorrente da repentina diminuição do número de Juízes em alguns Tribunais), e sempre considerando que cada Auditor de Justiça deve completar uma formação com a duração de 03 anos para se tornar Juiz em efetividade de funções, será conveniente abrirem-se dois Cursos de Formação no CEJ com um

[3] Para mais informações, veja-se a *Proposta de alteração à Portaria n.º 290/2017, de 28 de setembro, na parte em que fixa o quadro dos Juízes Desembargadores dos Tribunais Centrais Administrativos*, da autoria deste CSTAF.

número de vagas superior, seguidos de três outros cursos, com menos vagas [por exemplo, um primeiro curso com 45 vagas, um segundo curso com 40 vagas, e os três seguintes com 30 vagas];

— **Daqui resultará, em 2030, uma JAF com aproximadamente 400 Juízes de Direito** (já integralmente formados, ou em vias de concluir a sua formação como magistrados judiciais).

Tabela 4 – Prospeção das necessidades da JAF, na primeira instância, nos próximos 05 anos

Realidade a 5 anos (2030)	**Juízes em funções** *(35 novos juízes / ano, em média)*	**400** *100%*
	Lugares de Quadro previstos na nova Portaria	**320** *80%*
	Lugares de Auxiliar + Quadro Complementar de Juízes em 2030	**80** *20%*

B. Volume de entradas nos Tribunais Administrativos e Fiscais no triénio 2022/2024

No triénio 2022/2024, verificou-se o seguinte volume de entradas nos Tribunais Administrativos e Fiscais:

Tabela 5 – Volume de processos entrados nos TAF 2022/2024

Volume de entradas nos TAF 2022/2024

N.º	Tribunal	Área	N.º de processos entrados 2022	N.º de processos entrados 2023	N.º de processos entrados 2024	Média entradas 2022/2024
	TAF do Porto	Área Administrativa	1473	1808	2015	1765
		Área Tributária	1396	1217	1178	1264
		Subtotal	**2869**	**3025**	**3193**	**3029**
2	TAF de Braga	Área Administrativa	1077	1131	1337	1182
		Área Tributária	1550	1580	1322	1484
		Subtotal	**2627**	**2711**	**2659**	**2666**
3	TAF de Penafiel	Área Administrativa	346	375	588	436
		Área Tributária	477	419	397	431
		Subtotal	**823**	**794**	**985**	**867**
4	TAF de Mirandela	Área Administrativa	234	293	306	278
		Área Tributária	225	198	214	212
		Subtotal	**459**	**491**	**520**	**490**
5	TAF de Aveiro	Área Administrativa	395	509	673	526
		Área Tributária	524	519	343	462
		Subtotal	**919**	**1028**	**1016**	**988**
	TAF de Coimbra	Área Administrativa	331	395	540	422
		Área Tributária	244	219	285	249
		Subtotal	**575**	**614**	**825**	**671**
7	TAF de Viseu	Área Administrativa	328	386	503	406
		Área Tributária	361	480	342	394
		Subtotal	**689**	**866**	**845**	**800**
8	TAF de Castelo Branco	Área Administrativa	193	230	349	257
		Área Tributária	190	163	134	162
		Subtotal	**383**	**393**	**483**	**420**
9	TAF de Leiria	Área Administrativa	738	719	1376	944
		Área Tributária	978	722	600	767
		Subtotal	**1716**	**1441**	**1976**	**1711**
	TAC de Lisboa	Área Administrativa	4279	5693	58050 (*)	**22674**
11	TT de Lisboa	Área Tributária	2418	2184	1623	**2075**
12	TAF do Funchal	Área Administrativa	141	174	205	173
		Área Tributária	191	310	431	311
		Subtotal	**332**	**484**	**636**	**484**
13	TAF de Ponta Delgada	Área Administrativa	106	98	135	113
		Área Tributária	71	47	65	61
		Subtotal	**177**	**145**	**200**	**174**

	TAF de Almada	Área Administrativa	544	569	624	579
		Área Tributária	478	522	390	463
		Subtotal	**1022**	**1091**	**1014**	**1042**
15	TAF de Sintra	Área Administrativa	690	885	729	768
		Área Tributária	580	630	595	602
		Subtotal	**1270**	**1515**	**1324**	**1370**
16	TAF do Loulé	Área Administrativa	344	648	649	547
		Área Tributária	385	312	348	348
		Subtotal	**729**	**960**	**997**	**895**
17	TAF de Beja	Área Administrativa	261	357	433	350
		Área Tributária	262	144	220	209
		Subtotal	**523**	**501**	**653**	**559**
Total			**21810**	**23936**	**76999**	**40915**

(*) Do número global de 58050 processos entrados no TAC de Lisboa, 54.381 correspondiam a intimações para proteção de direitos, liberdades e garantias em matéria de entrada e permanência em território português (denominados processos "AIMA").

Tendo presente ***(i)*** o número de processos entrados, a sua distribuição quantitativa por Tribunal e por área do contencioso, ***(ii)*** sempre considerando que se perspetiva que, em 2030, integrem a jurisdição administrativa e fiscal, na primeira instância, cerca de 400 Juízes de Direito, e ***(iii)*** a necessidade de prever pelo menos 320 lugares de quadro na Portaria:

Tabela 5 – Proposta de lugares a fixar, nos TAF, ao abrigo da nova Portaria

Nova Portaria			
N.º	**Tribunal**	**Área**	**PROPOSTA**
1	TAF do Porto	Área Administrativa	18
		Área Tributária	18
		Área Administrativa e Tributária	4
		Subtotal	**40**
2	TAF de Braga	Área Administrativa	12
		Área Tributária	12

		Área Administrativa e Tributária	4
		Subtotal	**28**
3	TAF de Penafiel	Área Administrativa	7
		Área Tributária	5
		Área Administrativa e Tributária	2
		Subtotal	**14**
4	TAF de Mirandela	Área Administrativa	4
		Área Tributária	2
		Área Administrativa e Tributária	3
		Subtotal	**9**
5	TAF de Aveiro	Área Administrativa	7
		Área Tributária	6
		Área Administrativa e Tributária	2
		Subtotal	**15**
6	TAF Coimbra	Área Administrativa	7
		Área Tributária	4
		Área Administrativa e Tributária	2
		Subtotal	**13**
7	TAF de Viseu	Área Administrativa	6
		Área Tributária	4
		Área Administrativa e Tributária	3
		Subtotal	**13**
8	TAF de Castelo Branco	Área Administrativa	5
		Área Tributária	3
		Área Administrativa e Tributária	2
		Subtotal	**10**
9	TAF de Leiria	Área Administrativa	11
		Área Tributária	8
		Área Administrativa e Tributária	3
		Subtotal	**22**
10	TAC de Lisboa	Área Administrativa	**41**
11	TT de Lisboa	Área Tributária	**38**
12	TAF do Funchal	Área Administrativa	3
		Área Tributária	4
		Área Administrativa e Tributária	2
		Subtotal	**9**

13	TAF de Ponta Delgada	Área Administrativa	2
		Área Tributária	2
		Área Administrativa e Tributária	1
		Subtotal	**5**
14	TAF de Almada	Área Administrativa	9
		Área Tributária	7
		Área Administrativa e Tributária	2
		Subtotal	**18**
15	TAF de Sintra	Área Administrativa	9
		Área Tributária	11
		Área Administrativa e Tributária	3
		Subtotal	**23**
16	TAF do Loulé	Área Administrativa	6
		Área Tributária	4
		Área Administrativa e Tributária	3
		Subtotal	**13**
17	TAF de Beja	Área Administrativa	4
		Área Tributária	3
		Área Administrativa e Tributária	2
		Subtotal	**9**
Total			**320**

Tal corresponde à seguinte variação no número de lugares de quadro em cada um dos TAF de primeira instância:

Tabela 6 – Variação de lugares de quadro nos TAF

N.º	Tribunal	Área	N.º de lugares do quadro na Portaria 211/2017	Proposta de novos lugares	Diferença entre Portarias
1	TAF Porto	Área Administrativa	11	18	+ 7
		Área Tributária	17	18	+ 1
		Área Administrativa e Tributária	2	4	+ 2
		Subtotal	**30**	**40**	**+ 10**
2	TAF de Braga	Área Administrativa	9	12	+ 3
		Área Tributária	8	12	+ 4
		Área Administrativa e Tributária	2	4	+ 2

		Subtotal	**19**	**28**	**+ 9**
3	TAF de Penafiel	Área Administrativa	4	7	+ 3
		Área Tributária	4	5	+ 1
		Área Administrativa e Tributária	1	2	+ 1
		Subtotal	9	**14**	**+ 5**
4	TAF de Mirandela	Área Administrativa	3	4	+ 1
		Área Tributária	2	2	0
		Área Administrativa e Tributária	***1***	3	+ 2
		Subtotal	**6**	**9**	**+ 3**
5	TAF de Aveiro	Área Administrativa	4	7	+ 3
		Área Tributária	5	6	+ 1
		Área Administrativa e Tributária	1	2	+ 1
		Subtotal	10	**15**	**+ 5**
6	TAF Coimbra	Área Administrativa	4	7	+ 3
		Área Tributária	3	4	+ 1
		Área Administrativa e Tributária	1	2	+ 1
		Subtotal	**8**	**13**	**+ 5**
7	TAF de Viseu	Área Administrativa	2	6	+ 4
		Área Tributária	3	4	+ 1
		Área Administrativa e Tributária	1	3	+ 2
		Subtotal	**6**	**13**	**+ 7**
8	TAF de Castelo Branco	Área Administrativa	3	5	+ 2
		Área Tributária	3	3	0
		Área Administrativa e Tributária	1	2	+ 1
		Subtotal	**7**	**10**	**+ 3**
9	TAF de Leiria	Área Administrativa	5	11	+ 6
		Área Tributária	7	8	+ 1
		Área Administrativa e Tributária	2	3	+ 1
		Subtotal	**14**	**22**	**+ 8**
10	TAC Lisboa	Área Administrativa	30	**41**	**+ 11**
11	TT de Lisboa	Área Tributária	**28**	**38**	**+ 10**
12	TAF do Funchal	Área Administrativa	1	3	+ 2
		Área Tributária	2	4	+ 2
		Área Administrativa e Tributária	1	2	+ 1
		Subtotal	**4**	**9**	**+ 5**
13	TAF de Ponta Delgada	Área Administrativa	1	2	+ 1
		Área Tributária	1	2	+ 1

		Área Administrativa e Tributária	1	1	0
		Subtotal	**3**	**5**	**+ 2**
14	TAF Almada	Área Administrativa	5	9	+ 4
		Área Tributária	5	7	+ 2
		Área Administrativa e Tributária	2	2	0
		Subtotal	**12**	**18**	**+ 6**
15	TAF de Sintra	Área Administrativa	7	9	+ 2
		Área Tributária	11	11	0
		Área Administrativa e Tributária	2	3	+ 1
		Subtotal	**20**	**23**	**+ 3**
16	TAF do Loulé	Área Administrativa	3	6	+ 3
		Área Tributária	2	4	+ 2
		Área Administrativa e Tributária	1	3	+ 2
		Subtotal	**6**	**13**	**+ 7**
17	TAF de Beja	Área Administrativa	2	4	+ 2
		Área Tributária	2	3	+ 1
		Área Administrativa e Tributária	1	2	+ 1
		Subtotal	**5**	**9**	**+ 4**
Total			**217**	**320**	**+ 103**

C. Proposta de alteração à Portaria n.º 211/2017, de 17 de julho

Com base nos dados vindos de analisar, o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais propõe que o **Mapa I**, anexo à Portaria n.º 211/2017, de 17 de junho, que fixa os quadros dos magistrados dos tribunais administrativos e fiscais, seja alterado no seguinte sentido:

Artigo 1.º

Objeto

A presente portaria altera o mapa I em anexo à Portaria n.º 211/2017, de 17 de junho, que fixa os quadros dos magistrados dos tribunais administrativos e fiscais.

Artigo 2.º

Revogação

É revogado o mapa I em anexo à Portaria n.º 211/2017, de 17 de junho.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

MAPA I

Quadros de juízes dos tribunais administrativos e fiscais

Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto

Presidente – 1 [(a)]

Juízes da Juízes da área administrativa – 18

Juízes da Juízes da área tributária – 18

Juízes da Juízes da área administrativa e tributária – 4

Total do Tribunal – 40

[(a)] *Exerce igualmente a presidência nos Tribunais Administrativos e Fiscais de Braga, de Penafiel e de Mirandela.*

Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga

Juízes da área administrativa – 12

Juízes da área tributária – 12

Juízes da área administrativa e Tributária – 4

Total do Tribunal – 28

Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel

Juízes da área administrativa – 7

Juízes da área tributária – 5

Juízes da área administrativa e tributária – 2

Total do Tribunal – 14

Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela

Juízes da área administrativa – 4

Juízes da área tributária – 2

Juízes da área administrativa e tributária – 3

Total do Tribunal – 9

Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra

Presidente – 1 [(a)]

Juízes da área administrativa – 7

Juízes da área tributária – 4

Juízes da área administrativa e tributária – 2

Total do Tribunal – 13

[(a)] *Exerce igualmente a presidência nos Tribunais Administrativos e Fiscais de Aveiro, Leiria, Viseu e Castelo Branco.*

Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Juízes da área administrativa – 7

Juízes da área tributária – 6

Juízes da área administrativa e tributária – 2

Total do Tribunal – 15

Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu

Juízes da área administrativa – 6

Juízes da área tributária – 4

Juízes da área administrativa e tributária – 3

Total do Tribunal –13

Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco

Juízes da área administrativa – 5

Juízes da área tributária – 3

Juízes da área administrativa e tributária – 2

Total do Tribunal – 10

Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Juízes da área administrativa – 11

Juízes da área tributária – 8

Juízes da área administrativa e tributária – 3

Total do Tribunal – 22

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

Presidente – 1 [(a)]

Juízes da área administrativa – 41

[(a)] *Exerce igualmente a presidência no Tribunal Tributário de Lisboa, do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal e do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada.*

Tribunal Tributário de Lisboa

Juízes da área tributária – 38

Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Juízes da área administrativa – 3

Juízes da área tributária – 4

Juízes da área administrativa e tributária – 2

Total do Tribunal – 9

Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada

Juízes da área administrativa – 2

Juízes da área tributária – 2

Juízes da área administrativa e tributária – 1

Total do Tribunal – 5

Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada

Presidente – 1 [(a)]

Juízes da área administrativa – 9

Juízes da área tributária – 7

Juízes da área administrativa e tributária – 2

Total do Tribunal – 18

[(a)] *Exerce igualmente a presidência nos Tribunais Administrativos e Fiscais de Sintra, de Loulé e de Beja.*

Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra

Juízes da área administrativa – 9

Juízes da área tributária – 11

Juízes da área administrativa e tributária – 3

Total do Tribunal – 23

Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé

Juízes da área administrativa – 6

Juízes da área tributária – 4

Juízes da área administrativa e tributária – 3

Total do Tribunal – 13

Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja

Juízes da área administrativa – 4

Juízes da área tributária – 3

Juízes da área administrativa e tributária – 2

Total do Tribunal – 9

Lisboa, 25 de junho de 2025.